

Aviso de 24/10/2017

n. 507/2017 - PGJ

22º Concurso de Estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo – Graduação em Direito

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, a pedido da Presidente da Comissão do 22º Concurso de Estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo-2017, FAZ PUBLICAR A TODOS OS INTERESSADOS, os cadernos de perguntas e os respectivos gabaritos, da **prova realizada no dia 22 de outubro de 2017**, bem como instruções, para apresentação de eventual recurso.

1. Abre-se o prazo de 5 (cinco) dias para recursos, contados a partir da publicação deste Aviso.

1.1. No prazo do recurso, o candidato, diretamente ou por intermédio de procurador habilitado com poderes específicos, poderá arguir perante a Comissão de concurso, sob pena de preclusão, a nulidade de questões por deficiência na sua elaboração e incorreção das alternativas apontadas.

1.2. A arguição deverá ser motivada, sob pena de não conhecimento.

1.3. A arguição deverá ser protocolada, pelo candidato, diretamente ou por intermédio de procurador habilitado com poderes específicos, na Secretaria do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público ou nas Áreas Regionais (Anexo I do Edital), **no período de 26 a 30 de outubro de 2017, das 11h às 19h**.

2. Havendo mais de uma arguição, a Comissão do Concurso as reunirá para divulgação conjunta do resultado dos julgamentos.

3. Ultrapassado o prazo previsto no item 9.1. do Edital e 1.3 deste Aviso e resolvidos os recursos, se apresentados, será publicado o gabarito definitivo e a lista dos aprovados, relacionados por Região, no Diário Oficial do Estado (Poder Executivo - Seção I) e divulgados no site do MPSP (www.mpsp.mp.br) e do CEAF/ESMP (www.esmp.mpsp.mp.br).

4. Em nenhuma hipótese caberá recurso da decisão que apreciar a arguição.

PROVAS E GABARITOS

PROVA “A”

01. No fragmento abaixo, há evidência contrária aos padrões da modalidade dita culta da Língua Portuguesa. Assinale a alternativa que registra este fato:

Todo dia ela faz tudo sempre igual
Me sacode às seis horas da manhã
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã (Chico Buarque)

- a) colocação pronominal;
- b) concordância verbal;
- c) concordância nominal;
- d) regência verbal.

02. Leia atentamente o poema abaixo. Ele trata de um assunto importante: o modo como a verdade muda para cada pessoa e para todas as pessoas. O poema chama-se “Verdade” e foi escrito pelo poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade.

Verdade

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.
Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.

E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.
Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
diferentes uma da outra.
Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

Observe as palavras grifadas no texto. Em relação a elas, é possível afirmar que, do ponto de vista da concordância nominal, tem o mesmo comportamento em todas as alternativas abaixo, exceto:

- a) Não se refira às coisas com meias palavras.
- b) Um pessimista já desiste no meio da prova.
- c) Todos pagamos meia entrada no cinema.
- d) Estou sempre meio cansado no final do dia.

03. Leia o texto com atenção:

Diretrizes de salvação para a Universidade Pública

"... poder-se-ia alegar que não é muito bom o ensino das matérias que se costuma lecionar nas universidades. Todavia, não fossem essas instituições, tais matérias geralmente não teriam sido sequer ensinadas, e tanto o indivíduo como a sociedade sofreriam muito com a falta delas..."
Adam Smith.

(...) A grande característica distintiva de uma Universidade pública reside na sua qualidade geradora de bens públicos. Estes, por definição, são bens cujo usufruto é necessariamente coletivo e não podem ser apropriados exclusivamente por ninguém em particular.

Quanto ao grau de abrangência, os bens públicos podem ser classificados em locais, nacionais ou universais.

O corpo de bombeiros de uma cidade, por exemplo, é um bem público local, o serviço da guarda costeira de um país é um bem público nacional, ao passo que a proteção de áreas ambientais importantes do planeta, como a Amazônia, deve ser vista como bem público universal, assim como qualquer outra atividade protetora de patrimônios da humanidade ou de segurança global, como é o caso da proteção contra vírus de computador, para citar um exemplo mais atual, embora ainda não plenamente reconhecido.

Incluem-se no elenco dos bens públicos as atividades relacionadas à produção e transmissão da cultura, ao pensamento filosófico e às investigações científicas não alinhadas com qualquer interesse econômico mais imediato.

A Universidade surgiu na civilização porque havia uma necessidade latente desses bens e legitimou-se pelo reconhecimento de sua importância para a humanidade.

Portanto, ela nasceu e legitimou-se como instituição social pública e não como negócio privado, como muitos agora a querem transformar, inclusive a OMC, contradizendo o próprio Adam Smith, o patriarca da economia de mercado, como bem o indica a passagem acima epigrafada, retirada de "A Riqueza das Nações" (...) (SILVA, José M. A. Jornal da Ciência, 22/07/2003. Extraído de: <http://www.jornaldaciencia.org.br>, 15/07/2003.)

Pergunta-se: Em relação ao aposto "o patriarca da economia de mercado", pode-se afirmar que ele tem a função de:

- I. explicar quem foi Adam Smith, localizando-o no domínio da economia, informação que pode estar ausente no universo de conhecimento do leitor.
- II. fornecer uma informação que reforça ainda mais a defesa da universidade pública dentro de uma estratégia argumentativa.
- III. sustentar a informação subsequente, relativa à autoria de "A Riqueza das Nações".

Então, está(ão) correta(s):

- a) apenas a I;
- b) apenas a II;
- c) I e II;
- d) II e III.

04. Leia o texto:

Juventude além dos Anos

Fui à exposição dos czares russos, recentemente encerrada. Em plena quinta-feira à tarde, notei dois grupos distintos: adolescentes e idosos. Ambos animadíssimos. Uma senhora à minha frente comentou, diante de uma vestimenta de veludo, toda bordada:

— Já tive um vestido parecido!

Observei-a. Deve ter ficado parecida com um tapete! Outras se encantavam com bules, saleiros, ícones. Puxei conversa:

— Está gostando? — perguntei a uma delas.

— Ah, sempre é bom conhecer coisas novas!

Surpreendi-me. Fui criado com a ideia de que as pessoas se aposentam e se lamentam por tudo que não fizeram. Diante de mim estava uma senhora cheia de vida, disposta a aprender, apesar dos cabelos grisalhos.

Lembrei-me da mãe de um amigo que, ao ficar viúva, mudou completamente. Deu todos os móveis. E também os porta-retratos, medalhas, jogos de louça, faqueiros, copos. Até presentes que guardava da época do casamento! Alugou seu apartamento de classe média. Foi para um bem menor, mais fácil de cuidar. Com a renda, passou a viajar em excursões. Encontrei-a há pouco tempo. Rejuvenescida. Cabelinhos curtos, roupas práticas e alegres.

— Agora que meus filhos estão criados, quero aproveitar!

Resultado: seus netos a adoram!" (Walcyr Carrasco, Veja SP, 06.07.2005.)

Considere os seguintes trechos do texto:

Observei-a.

Encontrei-a há pouco tempo.

— Seus netos a adoram.

No texto de Walcyr Carrasco, os pronomes em destaque referem-se, respectivamente,

- a) a uma senhora, à mãe de um amigo, à mãe de um amigo;
- b) à vestimenta de veludo, a uma senhora cheia de vida, ao narrador;
- c) a uma senhora, a uma senhora cheia de vida, à mãe de um amigo;
- d) a uma senhora, à mãe de um amigo, a uma senhora cheia de vida.

05. Considere o seguinte texto:

Tragédia brasileira

Misael, funcionário da Fazenda, com 63 anos de idade, conheceu Maria Elvira na Lapa – prostituída, com sífilis, dermite nos dedos, uma aliança empenhada e os dentes em petição de miséria.

Misael tirou Maria Elvira da vida, instalou-a num sobrado no Estácio, pagou médico, dentista, manicura... Dava tudo o que ela queria.

Quando Maria Elvira se apanhou de boca bonita, arranhou logo um namorado.

Misael não queria escândalo. Podia dar uma surra, um tiro, uma facada. Não fez nada disso: mudou de casa. Viveram três anos assim.

Toda vez que Maria Elvira arranjava namorado, Misael mudava de casa. Os amantes moraram no Estácio, Rocha, Catete, Rua General Pedra, Olaria, Ramos, Bom Sucesso, Vila Isabel, Rua Marquês de Sapucaí, Niterói, Encantado, Rua Clapp, outra vez no Estácio, Todos os Santos, Catumbi, Lavradio, Boca do Mato, Inválidos...

Por fim na Rua da Constituição, onde Misael, privado de sentidos e de inteligência, matou-a com seis tiros, e a polícia foi encontrá-la caída em decúbito dorsal, vestida de organdi azul. (Manuel

Bandeira, www.bibvirt.futuro.usp.br)

No poema "Tragédia Brasileira", de Manuel Bandeira, Misael é projetado nos enunciados como sujeito agente de praticamente todos os verbos de ação (conheceu, tirou, instalou, pagou, dava). Há, porém, um trecho em que Maria Elvira é que vem projetada como sujeito agente de um verbo de ação (arranhou), na medida em que passou a ter uma competência que não possuía. Qual é a transformação na sequência narrativa que justifica essa mudança do sujeito agente?

- a) "matou-a com seis tiros";
- b) "a polícia foi encontrá-la caída em decúbito dorsal, vestida de organdi azul";
- c) "Maria Elvira se apanhou de boca bonita";
- d) não há transformação alguma, pois Maria Elvira é sempre paciente das ações de Misael.

06. Em todas as frases, a concordância se fez corretamente, exceto:

- a) Os soldados, agora, estão todos em fila.
- b) Ela possuía bastante recursos para viajar.
- c) As roupas das moças eram as mais belas possíveis.
- d) Saírei de São Paulo hoje, ao meio-dia e meia.

07. Assinalar a alternativa que está incorreta quanto à concordância verbal:

- a) Havia índios desconhecidos na região.
- b) Passaram-se vários anos desde a última expedição.
- c) Mesmo fora dessa área haverão índios?
- d) Não se encontraram vestígios de índios.

08. Observe as frases abaixo:

I- Amanhã iremos à uma festa no clube.

II- O rapaz não obedeceu as orientações dadas durante o teste.

III- Aquela bela moça é candidata a rainha do Carnaval.

IV- O século que chegou à seus últimos anos presenciou fatos marcantes em diversas áreas do conhecimento científico.

V- O presidente disse que iria a Salvador e, mais tarde, a Brasília.

VI- Às vezes, o amor a primeira vista pode acontecer.

Podemos afirmar que, em relação ao uso do acento grave, seguem as normas da língua padrão as frases:

- a) I – II – III;
- b) IV – V – VI;
- c) III - V;
- d) II – III - VI .

9. Sobre o princípio da unidade do Ministério Público, é correto afirmar que:

- a) todos os ramos do Ministério Público agem como um só órgão, sob uma única chefia;
- b) o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados agem, cada qual, como um só órgão e sob uma única chefia;
- c) somente o Ministério Público da União age como um só órgão e sob uma única chefia;
- d) cada ramo do Ministério Público age de forma independente do outro, inclusive cada um dos Ministérios Públicos estaduais.

10. Acerca do princípio da independência funcional dos membros do Ministério Público, podemos afirmar que:

- a) garante que possam se manifestar da forma absolutamente livre e imotivada nos procedimentos administrativos e processos judiciais;
- b) garante que possam se manifestar com liberdade nos procedimentos administrativos e processos judiciais, desde que em obediência a diretrizes estabelecidas pelo Procurador Geral de Justiça;
- c) garante liberdade de manifestação, desde que fundamentada em preceitos constitucionais e legais;
- d) garante que possam se manifestar com liberdade nos procedimentos administrativos e processos judiciais, desde que em obediência a diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

11. O art. 127, "caput", da Constituição Federal estabelece que incumbe ao Ministério Público defender os interesses individuais indisponíveis. Aponte a alternativa que não contém exemplo de um interesse dessa natureza:

- a) o direito à saúde;
- b) o direito de acessibilidade das pessoas com deficiência;
- c) o direito à servidão de passagem;
- d) o direito à educação das crianças e adolescentes.

12. Aponte a alternativa que não contém função institucional do Ministério Público constitucionalmente prevista:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- b) promover ações que versem sobre direitos patrimoniais, quando o autor, beneficiário, for menor;
- c) promover o inquérito civil e a ação civil pública para defesa dos interesses difusos e coletivos;
- d) exercer o controle externo da polícia.

13. João e José, sem qualquer conhecimento quanto à presença e à intenção um do outro, montam uma emboscada com o objetivo de matar Roberto. Quando a vítima passa, ambos atiram e apenas um dos tiros atinge o ofendido, que morre em razão dos ferimentos dele decorrentes. Com base no enunciado, assinale a alternativa correta:

- a) embora não haja vínculo subjetivo entre João e José, em face das regras de concurso de pessoas, ambos responderão pela morte da vítima;
- b) se for demonstrado que o tiro fatal foi disparado por João, este responderá pela morte da vítima enquanto José poderá ser punido por crime tentado;
- c) se não for demonstrado quem desferiu o tiro fatal, ambos os agentes deverão ser absolvidos;
- d) todas as alternativas estão erradas.

14. Quanto à teoria do crime, podemos afirmar que são excludentes da culpabilidade:

- a) coação moral irresistível e obediência hierárquica;
- b) inimputabilidade e legítima defesa real;
- c) erro de tipo vencível e erro de proibição inescusável;
- d) estado de necessidade putativo por erro de tipo inescusável e falta de elemento subjetivo do injusto.

15. João atirou contra José com vontade livre e consciente de matá-lo, atingindo a vítima gravemente. O ofendido foi socorrido por terceiros em um automóvel, que capotou no caminho para o hospital, certo que José faleceu em virtude dos ferimentos sofridos no acidente de carro e não em razão das lesões causadas pelo disparo. Com base no enunciado proposto, assinale a alternativa correta no que se refere ao nexo de causalidade:

- a) o resultado morte poderá ser atribuído a João, que agiu com dolo de matar;
- b) a morte não poderá ser atribuída a João, apesar do dolo de matar, já que os ferimentos decorrentes do acidente perfazem causa superveniente relativamente independente que por só si causou o resultado;
- c) João responderá por crime tentado, em razão do seu dolo, na medida em que os ferimentos decorrentes do acidente são causa superveniente absolutamente independente;
- d) todas as alternativas estão erradas.

16. Quanto ao crime culposos, é incorreto afirmar que:

- a) em geral a tentativa é inadmissível;
- b) não há compensação de culpas em Direito Penal;
- c) não pode ocorrer concurso de pessoas;
- d) os crimes são, em regra, dolosos. Assim, somente ocorrerá crime culposos quando o fato for expressamente previsto em lei.

17. Considera-se em estado de necessidade:

- a) quem pratica o fato para se salvar de perigo atual;
- b) quem age em cumprimento do dever legal;
- c) quem pratica o fato com emoção ou paixão;
- d) quem age embriagado.

18. Quanto à temporalidade da lei penal, é correto afirmar que:

- a) lei posterior pode ser criada para condenar réu por conduta anteriormente praticada;
- b) ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime;
- c) réu pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime;
- d) qualquer que seja a época do delito, pode ser aplicada a lei posterior, ainda que em prejuízo do réu.

19. Exclui a imputabilidade penal:

- a) ser o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato;
- b) a embriaguez voluntária;
- c) a emoção ou paixão;
- d) o concurso de agentes.

20. É incorreto afirmar que:

- a) as penas podem ser privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa;
- b) a pena de prestação de serviços à comunidade é modalidade de pena restritiva de direitos;
- c) as penas restritivas de direitos podem substituir as privativas de liberdade quando aplicada pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos;
- d) na condenação igual ou inferior a 1 (um) ano é cabível a substituição da pena privativa de liberdade por multa.

21. Quanto à capacidade civil das pessoas naturais, é incorreto afirmar:

- a) são relativamente incapazes os ébrios habituais e os viciados em tóxicos;
- b) são absolutamente incapazes os menores de 18 anos;
- c) são relativamente incapazes os pródigos;
- d) são relativamente incapazes os maiores de 16 anos e os menores de 18 anos.

22. No que diz respeito ao direito de personalidade, é correto afirmar:

- a) o nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações que a exponham ao desprezo público, desde que não haja intenção difamatória;
- b) a utilização sem autorização de nome alheio em propaganda comercial não é vedada;
- c) a utilização da imagem de uma pessoa pode ser proibida, a seu requerimento, se lhe atingir a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, salvo se necessária à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública;
- d) o pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.

23. Art. 70 do Código Civil: "O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo".

Com base neste dispositivo pode-se dizer:

- a) não é admitida a pluralidade de domicílios;
- b) não será admitido como domicílio a pluralidade de locais onde é exercida a atividade profissional da pessoa natural;
- c) será admitido como domicílio o local onde a pessoa natural for encontrada quando não tenha residência habitual;
- d) se a pessoa natural tem diversas residências onde alternadamente viva, será admitido como domicílio a que primeiro habitou.

24. As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias. Assim, é incorreto dizer:

- a) as voluptuárias são de mero deleite ou recreio, mas podem aumentar o uso habitual do bem;
- b) as úteis aumentam ou facilitam o uso do bem;
- c) as necessárias têm por finalidade conservar o bem ou evitar que se deteriore;
- d) não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

25. Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos bens públicos:

- a) os de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, já os dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei;
- b) são de uso comum do povo os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive de suas autarquias;
- c) são de uso especial os rios, mares, estradas, ruas e praças;
- d) estão sujeitos a usucapião.

26. Art. 138 Código Civil - "São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de **erro substancial** que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio".

O erro é substancial, exceto quando:

- a) interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais;
- b) sendo de fato, for o motivo único ou principal do negócio jurídico;
- c) sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico;
- d) concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante.

27. Assinale a alternativa incorreta. Uma fundação poderá constituir-se, dentre outros, para fins de:

- a) assistência social, educação e saúde;
- b) lazer, esportes e turismo;
- c) atividades religiosas;
- d) defesa, preservação e conservação do meio ambiente.

28. A respeito da prescrição é correto afirmar:

- a) somente pode ser alegada em primeira instância;
- b) seus prazos podem ser alterados por acordo entre as partes;
- c) iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor;

d) não corre entre cônjuges na constância da sociedade conjugal; entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

29. O princípio do "in dubio pro reo" significa que:

- a) na dúvida a interpretação da lei deve ser favorável ao réu;
- b) a analogia não pode ser aplicada senão quando em favor do réu;
- c) no confronto de provas, havendo dúvida, resolve-se em favor do réu;
- d) o Tribunal não pode agravar a pena aplicada pelo Juiz de primeira instância em nenhuma hipótese.

30. Sendo o réu condenado em definitivo por pena privativa de liberdade de longa duração e vindo a falecer, podemos afirmar que:

- a) a pena será comutada;
- b) a pena será dada como cumprida;
- c) a pena será desconsiderada;
- d) a punibilidade será extinta.

31. Sendo reconhecida a legítima defesa em caso de homicídio triplamente qualificado consumado podemos afirmar que:

- a) não houve crime;
- b) houve crime, mas não será aplicada a pena;
- c) houve crime, não será aplicada a pena, mas poderá ser fixada medida de segurança;
- d) houve crime, mas este pode ser desclassificado e outra pena poderá ser aplicada.

32. Sobre a ação penal pública incondicionada:

- a) admite a proposição da ação penal privada subsidiária pela vítima em concomitância;
- b) admite a proposição da ação penal subsidiária com pedido contraposto ao Ministério Público;
- c) não admite a proposição da ação penal subsidiária, exceto na inércia do Ministério Público;
- d) a proposição da ação penal privada subsidiária depende da rejeição da denúncia oferecida pelo Ministério Público;

33. Assinale a alternativa correta sobre os pressupostos de existência e de validade do processo:

- a) a petição inicial inepta é pressuposto de existência do processo;
- b) a capacidade de estar em juízo é pressuposto de existência do processo;
- c) a capacidade postulatória é pressuposto de validade do processo;
- d) nenhuma das afirmações anteriores está correta.

34. Sobre as fontes do Direito Processual Civil é incorreto afirmar que:

- a) a lei é fonte imediata;
- b) a súmula vinculante é fonte imediata;
- c) a doutrina é fonte imediata;
- d) o costume é fonte do direito.

35. No tocante à jurisdição, é correto afirmar que:

- a) na jurisdição voluntária há lide e partes e, portanto, conflito de interesses;
- b) a jurisdição não é una, porque subdividida entre criminal, civil, trabalhista;
- c) na jurisdição voluntária há um negócio jurídico-processual envolvendo os juízes e interessados;
- d) nenhuma das respostas anteriores é correta.

36. Com relação ao processo, assinale a alternativa correta:

- a) o processo é inequivocamente ligado ao direito material deduzido pela parte;
- b) o processo é independente do direito substancial da parte que o invoca;
- c) toda sentença judicial produz efeito "erga omnes";
- d) todas as alternativas estão corretas.

37. O estagiário do Ministério Público será designado pelo Procurador-Geral de Justiça para o exercício de funções auxiliares:

- a) por período não superior a dois anos;
- b) transitórias, como definido em lei complementar;
- c) sem vínculo empregatício com o Estado, mas com todos os demais direitos e vantagens assegurados aos servidores públicos;
- d) independentemente de seu desempenho no curso de graduação em Direito.

38. Não constitui motivo para desligamento do estagiário:

- a) a conclusão do curso de graduação em Direito;
- b) o exercício das funções de estagiário pelo período máximo previsto em lei;
- c) a falta ao serviço, durante o ano civil, por cinco dias sem justificação, ou por dez dias, ainda que motivadamente;
- d) a reprovação em duas ou mais disciplinas do currículo pleno do curso de graduação em Direito.

39. Assinale a alternativa que contém a afirmação verdadeira:

- a) é permitido ao estagiário o atendimento ao público, nos limites da orientação que venha a receber;
- b) é de 24 (vinte e quatro) horas semanais a jornada de trabalho do estagiário, devendo corresponder ao expediente do foro e compatibilizar-se com a duração do turno de funcionamento do curso de graduação em Direito em que esteja matriculado;
- c) o estagiário não terá direito a férias, mas poderá requerer licença por até 30 dias anuais, sem prejuízo da bolsa mensal, para a realização de provas no curso de graduação em Direito;
- d) o estagiário terá direito a férias de 30 dias anuais, com prejuízo da bolsa mensal.

40. Quanto aos deveres e vedações correspondentes ao estagiário do Ministério Público, é correto afirmar:

- a) o estagiário deve apresentar relatório trimestral de suas atividades;
- b) ao estagiário é permitido, a partir da designação, o uso de papéis, insígnias e distintivos privativos dos membros do Ministério Público;
- c) o estagiário não pode assinar peças processuais ou manifestações nos autos, ainda que em conjunto com o Promotor de Justiça;
- d) é permitido ao estagiário desempenhar cargo, emprego ou função pública, desde que compatível com suas atividades.

GABARITO PROVA "A"

1	A
2	D
3	C
4	A
5	B
6	B
7	C
8	C
9	D
10	C
11	C
12	B
13	B
14	A
15	B
16	C
17	A
18	B
19	A
20	C
21	B
22	C
23	C
24	A
25	A

26	B
27	B
28	D
29	C
30	D
31	A
32	C
33	C
34	C
35	C
36	B
37	B
38	C
39	A
40	A

PROVA “B”

01. João e José, sem qualquer conhecimento quanto à presença e à intenção um do outro, montam uma emboscada com o objetivo de matar Roberto. Quando a vítima passa, ambos atiram e apenas um dos tiros atinge o ofendido, que morre em razão dos ferimentos dele decorrentes. Com base no enunciado, assinale a alternativa correta:

- a) embora não haja vínculo subjetivo entre João e José, em face das regras de concurso de pessoas, ambos responderão pela morte da vítima;
- b) se for demonstrado que o tiro fatal foi disparado por João, este responderá pela morte da vítima enquanto José poderá ser punido por crime tentado;
- c) se não for demonstrado quem desferiu o tiro fatal, ambos os agentes deverão ser absolvidos;
- d) todas as alternativas estão erradas.

02. Quanto à teoria do crime, podemos afirmar que são excludentes da culpabilidade:

- a) coação moral irresistível e obediência hierárquica;
- b) inimputabilidade e legítima defesa real;
- c) erro de tipo vencível e erro de proibição inescusável;
- d) estado de necessidade putativo por erro de tipo inescusável e falta de elemento subjetivo do injusto.

03. João atirou contra José com vontade livre e consciente de matá-lo, atingindo a vítima gravemente. O ofendido foi socorrido por terceiros em um automóvel, que capotou no caminho para o hospital, certo que José faleceu em virtude dos ferimentos sofridos no acidente de carro e não em razão das lesões causadas pelo disparo. Com base no enunciado proposto, assinale a alternativa correta no que se refere ao nexo de causalidade:

- a) o resultado morte poderá ser atribuído a João, que agiu com dolo de matar;
- b) a morte não poderá ser atribuída a João, apesar do dolo de matar, já que os ferimentos decorrentes do acidente perfazem causa superveniente relativamente independente que por só si causou o resultado;
- c) João responderá por crime tentado, em razão do seu dolo, na medida em que os ferimentos decorrentes do acidente são causa superveniente absolutamente independente;
- d) todas as alternativas estão erradas.

04. Quanto ao crime culposos, é incorreto afirmar que:

- a) em geral a tentativa é inadmissível;
- b) não há compensação de culpas em Direito Penal;
- c) não pode ocorrer concurso de pessoas;
- d) os crimes são, em regra, dolosos. Assim, somente ocorrerá crime culposos quando o fato for expressamente previsto em lei.

05. Considera-se em estado de necessidade:

- a) quem pratica o fato para se salvar de perigo atual;
- b) quem age em cumprimento do dever legal;
- c) quem pratica o fato com emoção ou paixão;
- d) quem age embriagado.

06. Quanto à temporalidade da lei penal, é correto afirmar que:

- a) lei posterior pode ser criada para condenar réu por conduta anteriormente praticada;
- b) ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime;
- c) réu pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime;
- d) qualquer que seja a época do delito, pode ser aplicada a lei posterior, ainda que em prejuízo do réu.

07. Exclui a imputabilidade penal:

- a) ser o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato;
- b) a embriaguez voluntária;
- c) a emoção ou paixão;
- d) o concurso de agentes.

08. É incorreto afirmar que:

- a) as penas podem ser privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa;
- b) a pena de prestação de serviços à comunidade é modalidade de pena restritiva de direitos;
- c) as penas restritivas de direitos podem substituir as privativas de liberdade quando aplicada pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos;
- d) na condenação igual ou inferior a 1 (um) ano é cabível a substituição da pena privativa de liberdade por multa.

09. No fragmento abaixo, há evidência contrária aos padrões da modalidade dita culta da Língua Portuguesa. Assinale a alternativa que registra este fato:

Todo dia ela faz tudo sempre igual
Me sacode às seis horas da manhã
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã (Chico Buarque)

- a) colocação pronominal;
- b) concordância verbal;
- c) concordância nominal;
- d) regência verbal.

10. Leia atentamente o poema abaixo. Ele trata de um assunto importante: o modo como a verdade muda para cada pessoa e para todas as pessoas. O poema chama-se "Verdade" e foi escrito pelo poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade.

Verdade

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.
Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.
Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
diferentes uma da outra.
Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

Observe as palavras grifadas no texto. Em relação a elas, é possível afirmar que, do ponto de vista da concordância nominal, têm o mesmo comportamento em todas as alternativas abaixo, exceto:

- a) Não se refira às coisas com meias palavras.
- b) Um pessimista já desiste no meio da prova.
- c) Todos pagamos meia entrada no cinema.
- d) Estou sempre meio cansado no final do dia.

11. Leia o texto com atenção:

Diretrizes de salvação para a Universidade Pública

"... poder-se-ia alegar que não é muito bom o ensino das matérias que se costuma lecionar nas universidades. Todavia, não fossem essas instituições, tais matérias geralmente não teriam sido sequer ensinadas, e tanto o indivíduo como a sociedade sofreriam muito com a falta delas..." Adam Smith.

(...) A grande característica distintiva de uma Universidade pública reside na sua qualidade geradora de bens públicos. Estes, por definição, são bens cujo usufruto é necessariamente coletivo e não podem ser apropriados exclusivamente por ninguém em particular.

Quanto ao grau de abrangência, os bens públicos podem ser classificados em locais, nacionais ou universais.

O corpo de bombeiros de uma cidade, por exemplo, é um bem público local, o serviço da guarda costeira de um país é um bem público nacional, ao passo que a proteção de áreas ambientais importantes do planeta, como a Amazônia, deve ser vista como bem público universal, assim como qualquer outra atividade protetora de patrimônios da humanidade ou de segurança global, como é o caso da proteção contra vírus de computador, para citar um exemplo mais atual, embora ainda não plenamente reconhecido.

Incluem-se no elenco dos bens públicos as atividades relacionadas à produção e transmissão da cultura, ao pensamento filosófico e às investigações científicas não alinhadas com qualquer interesse econômico mais imediato.

A Universidade surgiu na civilização porque havia uma necessidade latente desses bens e legitimou-se pelo reconhecimento de sua importância para a humanidade.

Portanto, ela nasceu e legitimou-se como instituição social pública e não como negócio privado, como muitos agora a querem transformar, inclusive a OMC, contradizendo o próprio Adam Smith, o patriarca da economia de mercado, como bem o indica a passagem acima epigrafada, retirada de "A Riqueza das Nações" (...) (SILVA, José M. A. Jornal da Ciência, 22/07/2003. Extraído de: <http://www.jornaldaciencia.org.br>, 15/07/2003.)

Pergunta-se: Em relação ao aposto "o patriarca da economia de mercado", pode-se afirmar que ele tem a função de:

- I. explicar quem foi Adam Smith, localizando-o no domínio da economia, informação que pode estar ausente no universo de conhecimento do leitor.
- II. fornecer uma informação que reforça ainda mais a defesa da universidade pública dentro de uma estratégia argumentativa.
- III. sustentar a informação subsequente, relativa à autoria de "A Riqueza das Nações".

Então, está(ão) correta(s):

- a) apenas a I;
- b) apenas a II;
- c) I e II;
- d) II e III.

12. Leia o texto:

Juventude além dos Anos

Fui à exposição dos czares russos, recentemente encerrada. Em plena quinta-feira à tarde, notei dois grupos distintos: adolescentes e idosos. Ambos animadíssimos. Uma senhora à minha frente comentou, diante de uma vestimenta de veludo, toda bordada:

— Já tive um vestido parecido!

Observei-a. Deve ter ficado parecida com um tapete! Outras se encantavam com bules, saleiros, ícones. Puxei conversa:

— Está gostando? — perguntei a uma delas.

— Ah, sempre é bom conhecer coisas novas!

Surpreendi-me. Fui criado com a ideia de que as pessoas se aposentam e se lamentam por tudo que não fizeram. Diante de mim estava uma senhora cheia de vida, disposta a aprender, apesar dos cabelos grisalhos.

Lembrei-me da mãe de um amigo que, ao ficar viúva, mudou completamente. Deu todos os móveis. E também os porta-retratos, medalhas, jogos de louça, faqueiros, copos. Até presentes que guardava da época do casamento! Alugou seu apartamento de classe média. Foi para um bem menor, mais fácil de cuidar. Com a renda, passou a viajar em excursões. Encontrei-a há pouco tempo. Rejuvenescida. Cabelinhos curtos, roupas práticas e alegres.

— Agora que meus filhos estão criados, quero aproveitar!

Resultado: seus netos a adoram!" (Walcyr Carrasco, Veja SP, 06.07.2005.)

Considere os seguintes trechos do texto:

Observei-a.

Encontrei-a há pouco tempo.

— Seus netos a adoram.

No texto de Walcyr Carrasco, os pronomes em destaque referem-se, respectivamente,

- a) a uma senhora, à mãe de um amigo, à mãe de um amigo;
- b) à vestimenta de veludo, a uma senhora cheia de vida, ao narrador;
- c) a uma senhora, a uma senhora cheia de vida, à mãe de um amigo;
- d) a uma senhora, à mãe de um amigo, a uma senhora cheia de vida.

13. Considere o seguinte texto:

Tragédia brasileira

Misael, funcionário da Fazenda, com 63 anos de idade, conheceu Maria Elvira na Lapa – prostituída, com sífilis, dermite nos dedos, uma aliança empenhada e os dentes em petição de miséria.

Misael tirou Maria Elvira da vida, instalou-a num sobrado no Estácio, pagou médico, dentista, manicura... Dava tudo o que ela queria.

Quando Maria Elvira se apanhou de boca bonita, arranjou logo um namorado.

Misael não queria escândalo. Podia dar uma surra, um tiro, uma facada. Não fez nada disso: mudou de casa. Viveram três anos assim.

Toda vez que Maria Elvira arranjava namorado, Misael mudava de casa. Os amantes moraram no Estácio, Rocha, Catete, Rua General Pedra, Olaria, Ramos, Bom Sucesso, Vila Isabel, Rua Marquês de Sapucaí, Niterói, Encantado, Rua Clapp, outra vez no Estácio, Todos os Santos, Catumbi, Lavradio, Boca do Mato, Inválidos...

Por fim na Rua da Constituição, onde Misael, privado de sentidos e de inteligência, matou-a com seis tiros, e a polícia foi encontrá-la caída em decúbito dorsal, vestida de organdi azul. (Manuel Bandeira, www.bibvirt.futuro.usp.br)

No poema "Tragédia Brasileira", de Manuel Bandeira, Misael é projetado nos enunciados como sujeito agente de praticamente todos os verbos de ação (conheceu, tirou, instalou, pagou, dava). Há, porém, um trecho em que Maria Elvira é que vem projetada como sujeito agente de um verbo de ação (arranjou), na medida em que passou a ter uma competência que não possuía. Qual é a transformação na sequência narrativa que justifica essa mudança do sujeito agente?

- a) "matou-a com seis tiros";
- b) "a polícia foi encontrá-la caída em decúbito dorsal, vestida de organdi azul";
- c) "Maria Elvira se apanhou de boca bonita";
- d) não há transformação alguma, pois Maria Elvira é sempre paciente das ações de Misael.

14. Em todas as frases, a concordância se fez corretamente, exceto:

- a) Os soldados, agora, estão todos em fila.
- b) Ela possuía bastante recursos para viajar.
- c) As roupas das moças eram as mais belas possíveis.
- d) Saírei de São Paulo hoje, ao meio-dia e meia.

15. Assinalar a alternativa que está incorreta quanto à concordância verbal:

- a) Havia índios desconhecidos na região.
- b) Passaram-se vários anos desde a última expedição.
- c) Mesmo fora dessa área haverão índios?
- d) Não se encontraram vestígios de índios.

16. Observe as frases abaixo:

I- Amanhã iremos à uma festa no clube.

II- O rapaz não obedeceu as orientações dadas durante o teste.

- III- Aquela bela moça é candidata a rainha do Carnaval.
IV- O século que chegou à seus últimos anos presenciou fatos marcantes em diversas áreas do conhecimento científico.
V- O presidente disse que iria a Salvador e, mais tarde, a Brasília.
VI- Às vezes, o amor a primeira vista pode acontecer.

Podemos afirmar que, em relação ao uso do acento grave, seguem as normas da língua padrão as frases:

- a) I – II – III;
- b) IV – V – VI;
- c) III - V;
- d) II – III - VI .

17. Sobre o princípio da unidade do Ministério Público, é correto afirmar que:

- a) todos os ramos do Ministério Público agem como um só órgão, sob uma única chefia;
- b) o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados agem, cada qual, como um só órgão e sob uma única chefia;
- c) somente o Ministério Público da União age como um só órgão e sob uma única chefia;
- d) cada ramo do Ministério Público age de forma independente do outro, inclusive cada um dos Ministérios Públicos estaduais.

18. Acerca do princípio da independência funcional dos membros do Ministério Público, podemos afirmar que:

- a) garante que possam se manifestar da forma absolutamente livre e imotivada nos procedimentos administrativos e processos judiciais;
- b) garante que possam se manifestar com liberdade nos procedimentos administrativos e processos judiciais, desde que em obediência a diretrizes estabelecidas pelo Procurador Geral de Justiça;
- c) garante liberdade de manifestação, desde que fundamentada em preceitos constitucionais e legais;
- d) garante que possam se manifestar com liberdade nos procedimentos administrativos e processos judiciais, desde que em obediência a diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

19. O art. 127, “caput”, da Constituição Federal estabelece que incumbe ao Ministério Público defender os interesses individuais indisponíveis. Aponte a alternativa que não contém exemplo de um interesse dessa natureza:

- a) o direito à saúde;
- b) o direito de acessibilidade das pessoas com deficiência;
- c) o direito à servidão de passagem;
- d) o direito à educação das crianças e adolescentes.

20. Aponte a alternativa que não contém função institucional do Ministério Público constitucionalmente prevista:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- b) promover ações que versem sobre direitos patrimoniais, quando o autor, beneficiário, for menor;
- c) promover o inquérito civil e a ação civil pública para defesa dos interesses difusos e coletivos;
- d) exercer o controle externo da polícia.

21. Quanto à Capacidade Civil das Pessoas Naturais, é incorreto afirmar:

- a) são relativamente incapazes os ébrios habituais e os viciados em tóxicos;
- b) são absolutamente incapazes os menores de 18 anos;
- c) são relativamente incapazes os pródigos;
- d) são relativamente incapazes os maiores de 16 anos e os menores de 18 anos.

22. No que diz respeito ao direito de personalidade, é correto afirmar:

- a) o nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações que a exponham ao desprezo público, desde que não haja intenção difamatória;
- b) a utilização sem autorização de nome alheio em propaganda comercial não é vedada;
- c) a utilização da imagem de uma pessoa pode ser proibida, a seu requerimento, se lhe atingir a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, salvo se necessária à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública;
- d) o pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.

23. Art. 70 do Código Civil: "O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo".

Com base neste dispositivo pode-se dizer:

- a) não é admitida a pluralidade de domicílios;
- b) não será admitido como domicílio a pluralidade de locais onde é exercida a atividade profissional da pessoa natural;
- c) será admitido como domicílio o local onde a pessoa natural for encontrada quando não tenha residência habitual;
- d) se a pessoa natural tem diversas residências onde alternadamente viva, será admitido como domicílio a que primeiro habitou.

24. As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias. Assim, é incorreto dizer:

- a) as voluptuárias são de mero deleite ou recreio, mas podem aumentar o uso habitual do bem;
- b) as úteis aumentam ou facilitam o uso do bem;
- c) as necessárias têm por finalidade conservar o bem ou evitar que se deteriore;
- d) não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

25. Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos Bens Públicos:

- a) os de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, já os dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei;
- b) são de uso comum do povo os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive de suas autarquias;
- c) são de uso especial os rios, mares, estradas, ruas e praças;
- d) estão sujeitos a usucapião.

26. Art.138 Código Civil - "São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio".

O erro é substancial, exceto quando:

- a) interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais;
- b) sendo de fato, for o motivo único ou principal do negócio jurídico;
- c) sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico;
- d) concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante.

27. Assinale a alternativa incorreta. Uma fundação poderá constituir-se, dentre outros, para fins de:

- a) assistência social, educação e saúde;
- b) lazer, esportes e turismo;
- c) atividades religiosas;
- d) defesa, preservação e conservação do meio ambiente.

28. A respeito da prescrição é correto afirmar:

- a) somente pode ser alegada em primeira instância;
- b) seus prazos podem ser alterados por acordo entre as partes;
- c) iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor;
- d) não corre entre cônjuges na constância da sociedade conjugal; entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

29. O princípio do "in dubio pro reo" significa que:

- a) na dúvida a interpretação da lei deve ser favorável ao réu;
- b) a analogia não pode ser aplicada senão quando em favor do réu;
- c) no confronto de provas, havendo dúvida, resolve-se em favor do réu;
- d) o Tribunal não pode agravar a pena aplicada pelo Juiz de primeira instância em nenhuma hipótese.

30. Sendo o réu condenado em definitivo por pena privativa de liberdade de longa duração e vindo a falecer, podemos afirmar que:

- a) a pena será comutada;
- b) a pena será dada como cumprida;
- c) a pena será desconsiderada;
- d) a punibilidade será extinta.

31. Sendo reconhecida a legítima defesa em caso de homicídio triplamente qualificado consumado podemos afirmar que:

- a) não houve crime;
- b) houve crime, mas não será aplicada a pena;
- c) houve crime, não será aplicada a pena, mas poderá ser fixada medida de segurança;
- d) houve crime, mas este pode ser desclassificado e outra pena poderá ser aplicada.

32. Sobre a ação penal pública incondicionada:

- a) admite a proposição da ação penal privada subsidiária pela vítima em concomitância;
- b) admite a proposição da ação penal subsidiária com pedido contraposto ao Ministério Público;
- c) não admite a proposição da ação penal subsidiária, exceto na inércia do Ministério Público;
- d) a proposição da ação penal privada subsidiária depende da rejeição da denúncia oferecida pelo Ministério Público;

33. Assinale a alternativa correta sobre os pressupostos de existência e de validade do processo:

- a) a petição inicial inepta é pressuposto de existência do processo;
- b) a capacidade de estar em juízo é pressuposto de existência do processo;
- c) a capacidade postulatória é pressuposto de validade do processo;
- d) nenhuma das afirmações anteriores está correta.

34. Sobre as fontes do Direito Processual Civil é incorreto afirmar que:

- a) a lei é fonte imediata;
- b) a súmula vinculante é fonte imediata;
- c) a doutrina é fonte imediata;
- d) o costume é fonte do direito.

35. No tocante à jurisdição, é correto afirmar que:

- a) na jurisdição voluntária há lide e partes e, portanto, conflito de interesses;
- b) a jurisdição não é una, porque subdividida entre criminal, civil, trabalhista;
- c) na jurisdição voluntária há um negócio jurídico-processual envolvendo os juízes e interessados;
- d) nenhuma das respostas anteriores é correta.

36. Com relação ao processo, assinale a alternativa correta:

- a) o processo é inequivocamente ligado ao direito material deduzido pela parte;
- b) o processo é independente do direito substancial da parte que o invoca;
- c) toda sentença judicial produz efeito "erga omnes";
- d) todas as alternativas estão corretas.

37. O estagiário do Ministério Público será designado pelo Procurador-Geral de Justiça para o exercício de funções auxiliares:

- a) por período não superior a dois anos;
- b) transitórias, como definido em lei complementar;
- c) sem vínculo empregatício com o Estado, mas com todos os demais direitos e vantagens assegurados aos servidores públicos;
- d) independentemente de seu desempenho no curso de graduação em Direito.

38. Não constitui motivo para desligamento do estagiário:

- a) a conclusão do curso de graduação em Direito;
- b) o exercício das funções de estagiário pelo período máximo previsto em lei;
- c) a falta ao serviço, durante o ano civil, por cinco dias sem justificção, ou por dez dias, ainda que motivadamente;
- d) a reprovação em duas ou mais disciplinas do currículo pleno do curso de graduação em Direito.

39. Assinale a alternativa que contém a afirmação verdadeira:

- a) é permitido ao estagiário o atendimento ao público, nos limites da orientação que venha a receber;
- b) é de 24 (vinte e quatro) horas semanais a jornada de trabalho do estagiário, devendo corresponder ao expediente do foro e compatibilizar-se com a duração do turno de funcionamento do curso de graduação em Direito em que esteja matriculado;
- c) o estagiário não terá direito a férias, mas poderá requerer licença por até 30 dias anuais, sem prejuízo da bolsa mensal, para a realização de provas no curso de graduação em Direito;
- d) o estagiário terá direito a férias de 30 dias anuais, com prejuízo da bolsa mensal.

40. Quanto aos deveres e vedações correspondentes ao estagiário do Ministério Público, é correto afirmar:

- a) o estagiário deve apresentar relatório trimestral de suas atividades;
- b) ao estagiário é permitido, a partir da designação, o uso de papéis, insígnias e distintivos privativos dos membros do Ministério Público;
- c) o estagiário não pode assinar peças processuais ou manifestações nos autos, ainda que em conjunto com o Promotor de Justiça;
- d) é permitido ao estagiário desempenhar cargo, emprego ou função pública, desde que compatível com suas atividades.

GABARITO PROVA “B”

1	B
2	A
3	B
4	C
5	A
6	B
7	A
8	C
9	A
10	D
11	C
12	A
13	B
14	B
15	C
16	C
17	D
18	C
19	C
20	B
21	B
22	C
23	C
24	A
25	A
26	B
27	B
28	D
29	C
30	D
31	A
32	C
33	C
34	C
35	C
36	B
37	B
38	C

39	A
40	A

PROVA "C"

01. Sobre o princípio da unidade do Ministério Público, é correto afirmar que:

- a) todos os ramos do Ministério Público agem como um só órgão, sob uma única chefia;
- b) o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados agem, cada qual, como um só órgão e sob uma única chefia;
- c) somente o Ministério Público da União age como um só órgão e sob uma única chefia;
- d) cada ramo do Ministério Público age de forma independente do outro, inclusive cada um dos Ministérios Públicos estaduais.

02. Acerca do princípio da independência funcional dos membros do Ministério Público, podemos afirmar que:

- a) garante que possam se manifestar da forma absolutamente livre e imotivada nos procedimentos administrativos e processos judiciais;
- b) garante que possam se manifestar com liberdade nos procedimentos administrativos e processos judiciais, desde que em obediência a diretrizes estabelecidas pelo Procurador Geral de Justiça;
- c) garante liberdade de manifestação, desde que fundamentada em preceitos constitucionais e legais;
- d) garante que possam se manifestar com liberdade nos procedimentos administrativos e processos judiciais, desde que em obediência a diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

03. O art. 127, "caput", da Constituição Federal estabelece que incumbe ao Ministério Público defender os interesses individuais indisponíveis. Aponte a alternativa que não contém exemplo de um interesse dessa natureza:

- a) o direito à saúde;
- b) o direito de acessibilidade das pessoas com deficiência;
- c) o direito à servidão de passagem;
- d) o direito à educação das crianças e adolescentes.

04. Aponte a alternativa que não contém função institucional do Ministério Público constitucionalmente prevista:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- b) promover ações que versem sobre direitos patrimoniais, quando o autor, beneficiário, for menor;
- c) promover o inquérito civil e a ação civil pública para defesa dos interesses difusos e coletivos;
- d) exercer o controle externo da polícia.

05. No fragmento abaixo, há evidência contrária aos padrões da modalidade dita culta da Língua Portuguesa. Assinale a alternativa que registra este fato:

Todo dia ela faz tudo sempre igual
 Me sacode às seis horas da manhã
 Me sorri um sorriso pontual
 E me beija com a boca de hortelã (Chico Buarque)

- a) colocação pronominal;
- b) concordância verbal;
- c) concordância nominal;
- d) regência verbal.

06. Leia atentamente o poema abaixo. Ele trata de um assunto importante: o modo como a verdade muda para cada pessoa e para todas as pessoas. O poema chama-se "Verdade" e foi escrito pelo poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade.

Verdade

A porta da verdade estava aberta,
 mas só deixava passar
 meia pessoa de cada vez.
 Assim não era possível atingir toda a verdade,

porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.
Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
diferentes uma da outra.
Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

Observe as palavras grifadas no texto. Em relação a elas, é possível afirmar que, do ponto de vista da concordância nominal, têm o mesmo comportamento em todas as alternativas abaixo, exceto:

- a) Não se refira às coisas com meias palavras.
- b) Um pessimista já desiste no meio da prova.
- c) Todos pagamos meia entrada no cinema.
- d) Estou sempre meio cansado no final do dia.

07. Leia o texto com atenção:

Diretrizes de salvação para a Universidade Pública

"... poder-se-ia alegar que não é muito bom o ensino das matérias que se costuma lecionar nas universidades. Todavia, não fossem essas instituições, tais matérias geralmente não teriam sido sequer ensinadas, e tanto o indivíduo como a sociedade sofreriam muito com a falta delas..." Adam Smith.

(...) A grande característica distintiva de uma Universidade pública reside na sua qualidade geradora de bens públicos. Estes, por definição, são bens cujo usufruto é necessariamente coletivo e não podem ser apropriados exclusivamente por ninguém em particular.

Quanto ao grau de abrangência, os bens públicos podem ser classificados em locais, nacionais ou universais.

O corpo de bombeiros de uma cidade, por exemplo, é um bem público local, o serviço da guarda costeira de um país é um bem público nacional, ao passo que a proteção de áreas ambientais importantes do planeta, como a Amazônia, deve ser vista como bem público universal, assim como qualquer outra atividade protetora de patrimônios da humanidade ou de segurança global, como é o caso da proteção contra vírus de computador, para citar um exemplo mais atual, embora ainda não plenamente reconhecido.

Incluem-se no elenco dos bens públicos as atividades relacionadas à produção e transmissão da cultura, ao pensamento filosófico e às investigações científicas não alinhadas com qualquer interesse econômico mais imediato.

A Universidade surgiu na civilização porque havia uma necessidade latente desses bens e legitimou-se pelo reconhecimento de sua importância para a humanidade.

Portanto, ela nasceu e legitimou-se como instituição social pública e não como negócio privado, como muitos agora a querem transformar, inclusive a OMC, contradizendo o próprio Adam Smith, o patriarca da economia de mercado, como bem o indica a passagem acima epigrafada, retirada de "A Riqueza das Nações" (...) (SILVA, José M. A. Jornal da Ciência, 22/07/2003. Extraído de: <http://www.jornaldaciencia.org.br>, 15/07/2003.)

Pergunta-se: Em relação ao aposto "o patriarca da economia de mercado", pode-se afirmar que ele tem a função de:

- I. explicar quem foi Adam Smith, localizando-o no domínio da economia, informação que pode estar ausente no universo de conhecimento do leitor.
 - II. fornecer uma informação que reforça ainda mais a defesa da universidade pública dentro de uma estratégia argumentativa.
 - III. sustentar a informação subsequente, relativa à autoria de "A Riqueza das Nações".
- Então, está(ão) correta(s):
- a) apenas a I;
 - b) apenas a II;
 - c) I e II;

d) II e III.

08. Leia o texto:

Juventude além dos Anos

Fui à exposição dos czares russos, recentemente encerrada. Em plena quinta-feira à tarde, notei dois grupos distintos: adolescentes e idosos. Ambos animadíssimos. Uma senhora à minha frente comentou, diante de uma vestimenta de veludo, toda bordada:

— Já tive um vestido parecido!

Observei-a. Deve ter ficado parecida com um tapete! Outras se encantavam com bules, saleiros, ícones. Puxei conversa:

— Está gostando? — perguntei a uma delas.

— Ah, sempre é bom conhecer coisas novas!

Surpreendi-me. Fui criado com a ideia de que as pessoas se aposentam e se lamentam por tudo que não fizeram. Diante de mim estava uma senhora cheia de vida, disposta a aprender, apesar dos cabelos grisalhos.

Lembrei-me da mãe de um amigo que, ao ficar viúva, mudou completamente. Deu todos os móveis. E também os porta-retratos, medalhas, jogos de louça, faqueiros, copos. Até presentes que guardava da época do casamento! Alugou seu apartamento de classe média. Foi para um bem menor, mais fácil de cuidar. Com a renda, passou a viajar em excursões. Encontrei-a há pouco tempo. Rejuvenescida. Cabelinhos curtos, roupas práticas e alegres.

— Agora que meus filhos estão criados, quero aproveitar!

Resultado: seus netos a adoram!" (Walcyrr Carrasco, Veja SP, 06.07.2005.)

Considere os seguintes trechos do texto:

Observei-a.

Encontrei-a há pouco tempo.

— Seus netos a adoram.

No texto de Walcyrr Carrasco, os pronomes em destaque referem-se, respectivamente,

- a) a uma senhora, à mãe de um amigo, à mãe de um amigo;
- b) à vestimenta de veludo, a uma senhora cheia de vida, ao narrador;
- c) a uma senhora, a uma senhora cheia de vida, à mãe de um amigo;
- d) a uma senhora, à mãe de um amigo, a uma senhora cheia de vida.

09. Considere o seguinte texto:

Tragédia brasileira

Misael, funcionário da Fazenda, com 63 anos de idade, conheceu Maria Elvira na Lapa – prostituída, com sífilis, dermite nos dedos, uma aliança empenhada e os dentes em petição de miséria.

Misael tirou Maria Elvira da vida, instalou-a num sobrado no Estácio, pagou médico, dentista, manicura... Dava tudo o que ela queria.

Quando Maria Elvira se apanhou de boca bonita, arranhou logo um namorado.

Misael não queria escândalo. Podia dar uma surra, um tiro, uma facada. Não fez nada disso: mudou de casa. Viveram três anos assim.

Toda vez que Maria Elvira arranjava namorado, Misael mudava de casa. Os amantes moraram no Estácio, Rocha, Catete, Rua General Pedra, Olaria, Ramos, Bom Sucesso, Vila Isabel, Rua Marquês de Sapucaí, Niterói, Encantado, Rua Clapp, outra vez no Estácio, Todos os Santos, Catumbi, Lavradio, Boca do Mato, Inválidos...

Por fim na Rua da Constituição, onde Misael, privado de sentidos e de inteligência, matou-a com seis tiros, e a polícia foi encontrá-la caída em decúbito dorsal, vestida de organdi azul. (Manuel Bandeira, www.bibvirt.futuro.usp.br)

No poema "Tragédia Brasileira", de Manuel Bandeira, Misael é projetado nos enunciados como sujeito agente de praticamente todos os verbos de ação (conheceu, tirou, instalou, pagou, dava). Há, porém, um trecho em que Maria Elvira é que vem projetada como sujeito agente de um verbo de ação (arranhou), na medida em que passou a ter uma competência que não possuía. Qual é a transformação na sequência narrativa que justifica essa mudança do sujeito agente?

- a) "matou-a com seis tiros";
- b) "a polícia foi encontrá-la caída em decúbito dorsal, vestida de organdi azul";
- c) "Maria Elvira se apanhou de boca bonita";
- d) não há transformação alguma, pois Maria Elvira é sempre paciente das ações de Misael.

10. Em todas as frases, a concordância se fez corretamente, exceto:

- a) Os soldados, agora, estão todos em fila.
- b) Ela possuía bastante recursos para viajar.
- c) As roupas das moças eram as mais belas possíveis.
- d) Saírei de São Paulo hoje, ao meio-dia e meia.

11. Assinalar a alternativa que está incorreta quanto à concordância verbal:

- a) Havia índios desconhecidos na região.
- b) Passaram-se vários anos desde a última expedição.
- c) Mesmo fora dessa área haverão índios?
- d) Não se encontraram vestígios de índios.

12. Observe as frases abaixo:

I- Amanhã iremos à uma festa no clube.

II- O rapaz não obedeceu as orientações dadas durante o teste.

III- Aquela bela moça é candidata a rainha do Carnaval.

IV- O século que chegou à seus últimos anos presenciou fatos marcantes em diversas áreas do conhecimento científico.

V- O presidente disse que iria a Salvador e, mais tarde, a Brasília.

VI- Às vezes, o amor a primeira vista pode acontecer.

Podemos afirmar que, em relação ao uso do acento grave, seguem as normas da língua padrão as frases:

- a) I – II – III;
- b) IV – V – VI;
- c) III - V;
- d) II – III - VI .

13. João e José, sem qualquer conhecimento quanto à presença e à intenção um do outro, montam uma emboscada com o objetivo de matar Roberto. Quando a vítima passa, ambos atiram e apenas um dos tiros atinge o ofendido, que morre em razão dos ferimentos dele decorrentes. Com base no enunciado, assinale a alternativa correta:

- a) embora não haja vínculo subjetivo entre João e José, em face das regras de concurso de pessoas, ambos responderão pela morte da vítima;
- b) se for demonstrado que o tiro fatal foi disparado por João, este responderá pela morte da vítima enquanto José poderá ser punido por crime tentado;
- c) se não for demonstrado quem desferiu o tiro fatal, ambos os agentes deverão ser absolvidos;
- d) todas as alternativas estão erradas.

14. Quanto à teoria do crime, podemos afirmar que são excludentes da culpabilidade:

- a) coação moral irresistível e obediência hierárquica;
- b) inimputabilidade e legítima defesa real;
- c) erro de tipo vencível e erro de proibição inescusável;
- d) estado de necessidade putativo por erro de tipo inescusável e falta de elemento subjetivo do injusto.

15. João atirou contra José com vontade livre e consciente de matá-lo, atingindo a vítima gravemente. O ofendido foi socorrido por terceiros em um automóvel, que capotou no caminho para o hospital, certo que José faleceu em virtude dos ferimentos sofridos no acidente de carro e não em razão das lesões causadas pelo disparo. Com base no enunciado proposto, assinale a alternativa correta no que se refere ao nexo de causalidade:

- a) o resultado morte poderá ser atribuído a João, que agiu com dolo de matar;
- b) a morte não poderá ser atribuída a João, apesar do dolo de matar, já que os ferimentos decorrentes do acidente perfazem causa superveniente relativamente independente que por só si causou o resultado;
- c) João responderá por crime tentado, em razão do seu dolo, na medida em que os ferimentos decorrentes do acidente são causa superveniente absolutamente independente;
- d) todas as alternativas estão erradas.

16. Quanto ao crime culposo, é incorreto afirmar que:

- a) em geral a tentativa é inadmissível;
- b) não há compensação de culpas em Direito Penal;
- c) não pode ocorrer concurso de pessoas;

d) os crimes são, em regra, dolosos. Assim, somente ocorrerá crime culposos quando o fato for expressamente previsto em lei.

17. Considera-se em estado de necessidade:

- a) quem pratica o fato para se salvar de perigo atual;
- b) quem age em cumprimento do dever legal;
- c) quem pratica o fato com emoção ou paixão;
- d) quem age embriagado.

18. Quanto à temporalidade da lei penal, é correto afirmar que:

- a) lei posterior pode ser criada para condenar réu por conduta anteriormente praticada;
- b) ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime;
- c) réu pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime;
- d) qualquer que seja a época do delito, pode ser aplicada a lei posterior, ainda que em prejuízo do réu.

19. Exclui a imputabilidade penal:

- a) ser o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato;
- b) a embriaguez voluntária;
- c) a emoção ou paixão;
- d) o concurso de agentes.

20. É incorreto afirmar que:

- a) as penas podem ser privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa;
- b) a pena de prestação de serviços à comunidade é modalidade de pena restritiva de direitos;
- c) as penas restritivas de direitos podem substituir as privativas de liberdade quando aplicada pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos;
- d) na condenação igual ou inferior a 1 (um) ano é cabível a substituição da pena privativa de liberdade por multa.

21. Quanto à Capacidade Civil das Pessoas Naturais, é incorreto afirmar:

- a) são relativamente incapazes os ébrios habituais e os viciados em tóxicos;
- b) são absolutamente incapazes os menores de 18 anos;
- c) são relativamente incapazes os pródigos;
- d) são relativamente incapazes os maiores de 16 anos e os menores de 18 anos.

22. No que diz respeito ao direito de personalidade, é correto afirmar:

- a) o nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações que a exponham ao desprezo público, desde que não haja intenção difamatória;
- b) a utilização sem autorização de nome alheio em propaganda comercial não é vedada;
- c) a utilização da imagem de uma pessoa pode ser proibida, a seu requerimento, se lhe atingir a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, salvo se necessária à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública;
- d) o pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.

23. Art. 70 do Código Civil: " O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo".

Com base neste dispositivo pode-se dizer:

- a) não é admitida a pluralidade de domicílios;
- b) não será admitido como domicílio a pluralidade de locais onde é exercida a atividade profissional da pessoa natural;
- c) será admitido como domicílio o local onde a pessoa natural for encontrada quando não tenha residência habitual;
- d) se a pessoa natural tem diversas residências onde alternadamente viva, será admitido como domicílio a que primeiro habitou.

24. As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias. Assim, é incorreto dizer:

- a) as voluptuárias são de mero deleite ou recreio, mas podem aumentar o uso habitual do bem;
- b) as úteis aumentam ou facilitam o uso do bem;
- c) as necessárias têm por finalidade conservar o bem ou evitar que se deteriore;
- d) não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

25. Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos Bens Públicos:

- a) os de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, já os dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei;
- b) são de uso comum do povo os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive de suas autarquias;
- c) são de uso especial os rios, mares, estradas, ruas e praças;
- d) estão sujeitos a usucapião.

26. Art.138 Código Civil - "São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio".

O erro é substancial, exceto quando:

- a) interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais;
- b) sendo de fato, for o motivo único ou principal do negócio jurídico;
- c) sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico;
- d) concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante.

27. Assinale a alternativa incorreta. Uma fundação poderá constituir-se, dentre outros, para fins de:

- a) assistência social, educação e saúde;
- b) lazer, esportes e turismo;
- c) atividades religiosas;
- d) defesa, preservação e conservação do meio ambiente.

28. A respeito da prescrição é correto afirmar:

- a) somente pode ser alegada em primeira instância;
- b) seus prazos podem ser alterados por acordo entre as partes;
- c) iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor;
- d) não corre entre cônjuges na constância da sociedade conjugal; entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

29. O princípio do "in dubio pro reo" significa que:

- a) na dúvida a interpretação da lei deve ser favorável ao réu;
- b) a analogia não pode ser aplicada senão quando em favor do réu;
- c) no confronto de provas, havendo dúvida, resolve-se em favor do réu;
- d) o Tribunal não pode agravar a pena aplicada pelo Juiz de primeira instância em nenhuma hipótese.

30. Sendo o réu condenado em definitivo por pena privativa de liberdade de longa duração e vindo a falecer, podemos afirmar que:

- a) a pena será comutada;
- b) a pena será dada como cumprida;
- c) a pena será desconsiderada;
- d) a punibilidade será extinta.

31. Sendo reconhecida a legítima defesa em caso de homicídio triplamente qualificado consumado podemos afirmar que:

- a) não houve crime;
- b) houve crime, mas não será aplicada a pena;
- c) houve crime, não será aplicada a pena, mas poderá ser fixada medida de segurança;
- d) houve crime, mas este pode ser desclassificado e outra pena poderá ser aplicada.

32. Sobre a ação penal pública incondicionada:

- a) admite a proposição da ação penal privada subsidiária pela vítima em concomitância;
- b) admite a proposição da ação penal subsidiária com pedido contraposto ao Ministério Público;
- c) não admite a proposição da ação penal subsidiária, exceto na inércia do Ministério Público;
- d) a proposição da ação penal privada subsidiária depende da rejeição da denúncia oferecida pelo Ministério Público;

33. Assinale a alternativa correta sobre os pressupostos de existência e de validade do processo:

- a) a petição inicial inepta é pressuposto de existência do processo;
- b) a capacidade de estar em juízo é pressuposto de existência do processo;
- c) a capacidade postulatória é pressuposto de validade do processo;

d) nenhuma das afirmações anteriores está correta.

34. Sobre as fontes do Direito Processual Civil é incorreto afirmar que:

- a) a lei é fonte imediata;
- b) a súmula vinculante é fonte imediata;
- c) a doutrina é fonte imediata;
- d) o costume é fonte do direito.

35. No tocante à jurisdição, é correto afirmar que:

- a) na jurisdição voluntária há lide e partes e, portanto, conflito de interesses;
- b) a jurisdição não é una, porque subdividida entre criminal, civil, trabalhista;
- c) na jurisdição voluntária há um negócio jurídico-processual envolvendo os juízes e interessados;
- d) nenhuma das respostas anteriores é correta.

36. Com relação ao processo, assinale a alternativa correta:

- a) o processo é inequivocamente ligado ao direito material deduzido pela parte;
- b) o processo é independente do direito substancial da parte que o invoca;
- c) toda sentença judicial produz efeito "erga omnes";
- d) todas as alternativas estão corretas.

37. O estagiário do Ministério Público será designado pelo Procurador-Geral de Justiça para o exercício de funções auxiliares:

- a) por período não superior a dois anos;
- b) transitórias, como definido em lei complementar;
- c) sem vínculo empregatício com o Estado, mas com todos os demais direitos e vantagens assegurados aos servidores públicos;
- d) independentemente de seu desempenho no curso de graduação em Direito.

38. Não constitui motivo para desligamento do estagiário:

- a) a conclusão do curso de graduação em Direito;
- b) o exercício das funções de estagiário pelo período máximo previsto em lei;
- c) a falta ao serviço, durante o ano civil, por cinco dias sem justificção, ou por dez dias, ainda que motivadamente;
- d) a reprovação em duas ou mais disciplinas do currículo pleno do curso de graduação em Direito.

39. Assinale a alternativa que contém a afirmação verdadeira:

- a) é permitido ao estagiário o atendimento ao público, nos limites da orientação que venha a receber;
- b) é de 24 (vinte e quatro) horas semanais a jornada de trabalho do estagiário, devendo corresponder ao expediente do foro e compatibilizar-se com a duração do turno de funcionamento do curso de graduação em Direito em que esteja matriculado;
- c) o estagiário não terá direito a férias, mas poderá requerer licença por até 30 dias anuais, sem prejuízo da bolsa mensal, para a realização de provas no curso de graduação em Direito;
- d) o estagiário terá direito a férias de 30 dias anuais, com prejuízo da bolsa mensal.

40. Quanto aos deveres e vedações correspondentes ao estagiário do Ministério Público, é correto afirmar:

- a) o estagiário deve apresentar relatório trimestral de suas atividades;
- b) ao estagiário é permitido, a partir da designação, o uso de papéis, insígnias e distintivos privativos dos membros do Ministério Público;
- c) o estagiário não pode assinar peças processuais ou manifestações nos autos, ainda que em conjunto com o Promotor de Justiça;
- d) é permitido ao estagiário desempenhar cargo, emprego ou função pública, desde que compatível com suas atividades.

GABARITO PROVA "C"

1	D
2	C
3	C
4	B

5	A
6	D
7	C
8	A
9	B
10	B
11	C
12	C
13	B
14	A
15	B
16	C
17	A
18	B
19	A
20	C
21	B
22	C
23	C
24	A
25	A
26	B
27	B
28	D
29	C
30	D
31	A
32	C
33	C
34	C
35	C
36	B
37	B
38	C
39	A
40	A

PROVA "D"

01. O estagiário do Ministério Público será designado pelo Procurador-Geral de Justiça para o exercício de funções auxiliares:

- a) por período não superior a dois anos;
- b) transitórias, como definido em lei complementar;
- c) sem vínculo empregatício com o Estado, mas com todos os demais direitos e vantagens assegurados aos servidores públicos;
- d) independentemente de seu desempenho no curso de graduação em Direito.

02. Não constitui motivo para desligamento do estagiário:

- a) a conclusão do curso de graduação em Direito;
- b) o exercício das funções de estagiário pelo período máximo previsto em lei;

- c) a falta ao serviço, durante o ano civil, por cinco dias sem justificação, ou por dez dias, ainda que motivadamente;
- d) a reprovação em duas ou mais disciplinas do currículo pleno do curso de graduação em Direito.

03. Assinale a alternativa que contém a afirmação verdadeira:

- a) é permitido ao estagiário o atendimento ao público, nos limites da orientação que venha a receber;
- b) é de 24 (vinte e quatro) horas semanais a jornada de trabalho do estagiário, devendo corresponder ao expediente do foro e compatibilizar-se com a duração do turno de funcionamento do curso de graduação em Direito em que esteja matriculado;
- c) o estagiário não terá direito a férias, mas poderá requerer licença por até 30 dias anuais, sem prejuízo da bolsa mensal, para a realização de provas no curso de graduação em Direito;
- d) o estagiário terá direito a férias de 30 dias anuais, com prejuízo da bolsa mensal.

04. Quanto aos deveres e vedações correspondentes ao estagiário do Ministério Público, é correto afirmar:

- a) o estagiário deve apresentar relatório trimestral de suas atividades;
- b) ao estagiário é permitido, a partir da designação, o uso de papéis, insígnias e distintivos privativos dos membros do Ministério Público;
- c) o estagiário não pode assinar peças processuais ou manifestações nos autos, ainda que em conjunto com o Promotor de Justiça;
- d) é permitido ao estagiário desempenhar cargo, emprego ou função pública, desde que compatível com suas atividades.

05. No fragmento abaixo, há evidência contrária aos padrões da modalidade dita culta da Língua Portuguesa. Assinale a alternativa que registra este fato:

Todo dia ela faz tudo sempre igual
Me sacode às seis horas da manhã
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã (Chico Buarque)

- a) colocação pronominal;
- b) concordância verbal;
- c) concordância nominal;
- d) regência verbal.

06. Leia atentamente o poema abaixo. Ele trata de um assunto importante: o modo como a verdade muda para cada pessoa e para todas as pessoas. O poema chama-se "Verdade" e foi escrito pelo poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade.

Verdade

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.
Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.
Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
diferentes uma da outra.
Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

Observe as palavras grifadas no texto. Em relação a elas, é possível afirmar que, do ponto de vista da concordância nominal, têm o mesmo comportamento em todas as alternativas abaixo, exceto:

- a) Não se refira às coisas com meias palavras;
- b) Um pessimista já desiste no meio da prova;
- c) Todos pagamos meia entrada no cinema;
- d) Estou sempre meio cansado no final do dia.

07. Leia o texto com atenção:

Diretrizes de salvação para a Universidade Pública

"... poder-se-ia alegar que não é muito bom o ensino das matérias que se costuma lecionar nas universidades. Todavia, não fossem essas instituições, tais matérias geralmente não teriam sido sequer ensinadas, e tanto o indivíduo como a sociedade sofreriam muito com a falta delas..." Adam Smith.

(...) A grande característica distintiva de uma Universidade pública reside na sua qualidade geradora de bens públicos. Estes, por definição, são bens cujo usufruto é necessariamente coletivo e não podem ser apropriados exclusivamente por ninguém em particular.

Quanto ao grau de abrangência, os bens públicos podem ser classificados em locais, nacionais ou universais.

O corpo de bombeiros de uma cidade, por exemplo, é um bem público local, o serviço da guarda costeira de um país é um bem público nacional, ao passo que a proteção de áreas ambientais importantes do planeta, como a Amazônia, deve ser vista como bem público universal, assim como qualquer outra atividade protetora de patrimônios da humanidade ou de segurança global, como é o caso da proteção contra vírus de computador, para citar um exemplo mais atual, embora ainda não plenamente reconhecido.

Incluem-se no elenco dos bens públicos as atividades relacionadas à produção e transmissão da cultura, ao pensamento filosófico e às investigações científicas não alinhadas com qualquer interesse econômico mais imediato.

A Universidade surgiu na civilização porque havia uma necessidade latente desses bens e legitimou-se pelo reconhecimento de sua importância para a humanidade.

Portanto, ela nasceu e legitimou-se como instituição social pública e não como negócio privado, como muitos agora a querem transformar, inclusive a OMC, contradizendo o próprio Adam Smith, o patriarca da economia de mercado, como bem o indica a passagem acima epigrafada, retirada de "A Riqueza das Nações" (...) (SILVA, José M. A. Jornal da Ciência, 22/07/2003. Extraído de: <http://www.jornaldaciencia.org.br>, 15/07/2003.)

Pergunta-se: Em relação ao aposto "o patriarca da economia de mercado", pode-se afirmar que ele tem a função de:

- I. explicar quem foi Adam Smith, localizando-o no domínio da economia, informação que pode estar ausente no universo de conhecimento do leitor.
- II. fornecer uma informação que reforça ainda mais a defesa da universidade pública dentro de uma estratégia argumentativa.
- III. sustentar a informação subsequente, relativa à autoria de "A Riqueza das Nações".

Então, está(ão) correta(s):

- a) apenas a I;
- b) apenas a II;
- c) I e II;
- d) II e III.

08. Leia o texto:

Juventude além dos Anos

Fui à exposição dos czares russos, recentemente encerrada. Em plena quinta-feira à tarde, notei dois grupos distintos: adolescentes e idosos. Ambos animadíssimos. Uma senhora à minha frente comentou, diante de uma vestimenta de veludo, toda bordada:

— Já tive um vestido parecido!

Observei-a. Deve ter ficado parecida com um tapete! Outras se encantavam com bules, saleiros, ícones. Puxei conversa:

— Está gostando? — perguntei a uma delas.

— Ah, sempre é bom conhecer coisas novas!

Surpreendi-me. Fui criado com a ideia de que as pessoas se aposentam e se lamentam por tudo que não fizeram. Diante de mim estava uma senhora cheia de vida, disposta a aprender, apesar dos cabelos grisalhos.

Lembrei-me da mãe de um amigo que, ao ficar viúva, mudou completamente. Deu todos os móveis. E também os porta-retratos, medalhas, jogos de louça, faqueiros, copos. Até presentes que

guardava da época do casamento! Alugou seu apartamento de classe média. Foi para um bem menor, mais fácil de cuidar. Com a renda, passou a viajar em excursões. Encontrei-a há pouco tempo. Rejuvenescida. Cabelinhos curtos, roupas práticas e alegres.

— Agora que meus filhos estão criados, quero aproveitar!

Resultado: seus netos a adoram!" (Walcyr Carrasco, Veja SP, 06.07.2005.)

Considere os seguintes trechos do texto:

Observei-a.

Encontrei-a há pouco tempo.

— Seus netos a adoram.

No texto de Walcyr Carrasco, os pronomes em destaque referem-se, respectivamente,

- a) a uma senhora, à mãe de um amigo, à mãe de um amigo;
- b) à vestimenta de veludo, a uma senhora cheia de vida, ao narrador;
- c) a uma senhora, a uma senhora cheia de vida, à mãe de um amigo;
- d) a uma senhora, à mãe de um amigo, a uma senhora cheia de vida.

09. Considere o seguinte texto:

Tragédia brasileira

Misael, funcionário da Fazenda, com 63 anos de idade, conheceu Maria Elvira na Lapa – prostituída, com sífilis, dermite nos dedos, uma aliança empenhada e os dentes em petição de miséria.

Misael tirou Maria Elvira da vida, instalou-a num sobrado no Estácio, pagou médico, dentista, manicura... Dava tudo o que ela queria.

Quando Maria Elvira se apanhou de boca bonita, arranhou logo um namorado.

Misael não queria escândalo. Podia dar uma surra, um tiro, uma facada. Não fez nada disso: mudou de casa. Viveram três anos assim.

Toda vez que Maria Elvira arranjava namorado, Misael mudava de casa. Os amantes moraram no Estácio, Rocha, Catete, Rua General Pedra, Olaria, Ramos, Bom Sucesso, Vila Isabel, Rua Marquês de Sapucaí, Niterói, Encantado, Rua Clapp, outra vez no Estácio, Todos os Santos, Catumbi, Lavradio, Boca do Mato, Inválidos...

Por fim na Rua da Constituição, onde Misael, privado de sentidos e de inteligência, matou-a com seis tiros, e a polícia foi encontrá-la caída em decúbito dorsal, vestida de organdi azul. (Manuel Bandeira, www.bibvirt.futuro.usp.br)

No poema "Tragédia Brasileira", de Manuel Bandeira, Misael é projetado nos enunciados como sujeito agente de praticamente todos os verbos de ação (conheceu, tirou, instalou, pagou, dava). Há, porém, um trecho em que Maria Elvira é que vem projetada como sujeito agente de um verbo de ação (arranhou), na medida em que passou a ter uma competência que não possuía. Qual é a transformação na sequência narrativa que justifica essa mudança do sujeito agente?

- a) "matou-a com seis tiros";
- b) "a polícia foi encontrá-la caída em decúbito dorsal, vestida de organdi azul";
- c) "Maria Elvira se apanhou de boca bonita";
- d) não há transformação alguma, pois Maria Elvira é sempre paciente das ações de Misael.

10. Em todas as frases, a concordância se fez corretamente, exceto:

- a) Os soldados, agora, estão todos em fila.
- b) Ela possuía bastante recursos para viajar.
- c) As roupas das moças eram as mais belas possíveis.
- d) Saírei de São Paulo hoje, ao meio-dia e meia.

11. Assinalar a alternativa que está incorreta quanto à concordância verbal:

- a) Havia índios desconhecidos na região.
- b) Passaram-se vários anos desde a última expedição.
- c) Mesmo fora dessa área haverão índios?
- d) Não se encontraram vestígios de índios.

12. Observe as frases abaixo:

I- Amanhã iremos à uma festa no clube.

II- O rapaz não obedeceu as orientações dadas durante o teste.

III- Aquela bela moça é candidata a rainha do Carnaval.

IV- O século que chegou à seus últimos anos presenciou fatos marcantes em diversas áreas do conhecimento científico.

V- O presidente disse que iria a Salvador e, mais tarde, a Brasília.

VI- Às vezes, o amor a primeira vista pode acontecer.

Podemos afirmar que, em relação ao uso do acento grave, seguem as normas da língua padrão as frases:

- a) I – II – III;
- b) IV – V – VI;
- c) III - V;
- d) II – III - VI .

13. Sobre o princípio da unidade do Ministério Público, é correto afirmar que:

- a) todos os ramos do Ministério Público agem como um só órgão, sob uma única chefia;
- b) o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados agem, cada qual, como um só órgão e sob uma única chefia;
- c) somente o Ministério Público da União age como um só órgão e sob uma única chefia;
- d) cada ramo do Ministério Público age de forma independente do outro, inclusive cada um dos Ministérios Públicos estaduais.

14. Acerca do princípio da independência funcional dos membros do Ministério Público, podemos afirmar que:

- a) garante que possam se manifestar da forma absolutamente livre e imotivada nos procedimentos administrativos e processos judiciais;
- b) garante que possam se manifestar com liberdade nos procedimentos administrativos e processos judiciais, desde que em obediência a diretrizes estabelecidas pelo Procurador Geral de Justiça;
- c) garante liberdade de manifestação, desde que fundamentada em preceitos constitucionais e legais;
- d) garante que possam se manifestar com liberdade nos procedimentos administrativos e processos judiciais, desde que em obediência a diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

15. O art. 127, “caput”, da Constituição Federal estabelece que incumbe ao Ministério Público defender os interesses individuais indisponíveis. Aponte a alternativa que não contém exemplo de um interesse dessa natureza:

- a) o direito à saúde;
- b) o direito de acessibilidade das pessoas com deficiência;
- c) o direito à servidão de passagem;
- d) o direito à educação das crianças e adolescentes.

16. Aponte a alternativa que não contém função institucional do Ministério Público constitucionalmente prevista:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- b) promover ações que versem sobre direitos patrimoniais, quando o autor, beneficiário, for menor;
- c) promover o inquérito civil e a ação civil pública para defesa dos interesses difusos e coletivos;
- d) exercer o controle externo da polícia.

17. João e José, sem qualquer conhecimento quanto à presença e à intenção um do outro, montam uma emboscada com o objetivo de matar Roberto. Quando a vítima passa, ambos atiram e apenas um dos tiros atinge o ofendido, que morre em razão dos ferimentos dele decorrentes. Com base no enunciado, assinale a alternativa correta:

- a) embora não haja vínculo subjetivo entre João e José, em face das regras de concurso de pessoas, ambos responderão pela morte da vítima;
- b) se for demonstrado que o tiro fatal foi disparado por João, este responderá pela morte da vítima enquanto José poderá ser punido por crime tentado;
- c) se não for demonstrado quem desferiu o tiro fatal, ambos os agentes deverão ser absolvidos;
- d) todas as alternativas estão erradas.

18. Quanto à teoria do crime, podemos afirmar que são excludentes da culpabilidade:

- a) coação moral irresistível e obediência hierárquica;
- b) inimputabilidade e legítima defesa real;
- c) erro de tipo vencível e erro de proibição inescusável;
- d) estado de necessidade putativo por erro de tipo inescusável e falta de elemento subjetivo do injusto.

19. João atirou contra José com vontade livre e consciente de matá-lo, atingindo a vítima gravemente. O ofendido foi socorrido por terceiros em um automóvel, que capotou no caminho para o hospital, certo que José faleceu em virtude dos ferimentos sofridos no acidente de carro e não em razão das lesões causadas pelo disparo. Com base no enunciado proposto, assinale a alternativa correta no que se refere ao nexo de causalidade:

- a) o resultado morte poderá ser atribuído a João, que agiu com dolo de matar;
- b) a morte não poderá ser atribuída a João, apesar do dolo de matar, já que os ferimentos decorrentes do acidente perfazem causa superveniente relativamente independente que por só si causou o resultado;
- c) João responderá por crime tentado, em razão do seu dolo, na medida em que os ferimentos decorrentes do acidente são causa superveniente absolutamente independente;
- d) todas as alternativas estão erradas.

20. Quanto ao crime culposos, é incorreto afirmar que:

- a) em geral a tentativa é inadmissível;
- b) não há compensação de culpas em Direito Penal;
- c) não pode ocorrer concurso de pessoas;
- d) os crimes são, em regra, dolosos. Assim, somente ocorrerá crime culposos quando o fato for expressamente previsto em lei.

21. Considera-se em estado de necessidade:

- a) quem pratica o fato para se salvar de perigo atual;
- b) quem age em cumprimento do dever legal;
- c) quem pratica o fato com emoção ou paixão;
- d) quem age embriagado.

22. Quanto à temporalidade da lei penal, é correto afirmar que:

- a) lei posterior pode ser criada para condenar réu por conduta anteriormente praticada;
- b) ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime;
- c) réu pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime;
- d) qualquer que seja a época do delito, pode ser aplicada a lei posterior, ainda que em prejuízo do réu.

23. Exclui a imputabilidade penal:

- a) ser o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato;
- b) a embriaguez voluntária;
- c) a emoção ou paixão;
- d) o concurso de agentes.

24. É incorreto afirmar que:

- a) as penas podem ser privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa;
- b) a pena de prestação de serviços à comunidade é modalidade de pena restritiva de direitos;
- c) as penas restritivas de direitos podem substituir as privativas de liberdade quando aplicada pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos;
- d) na condenação igual ou inferior a 1 (um) ano é cabível a substituição da pena privativa de liberdade por multa.

25. Quanto à Capacidade Civil das Pessoas Naturais, é incorreto afirmar:

- a) são relativamente incapazes os ébrios habituais e os viciados em tóxicos;
- b) são absolutamente incapazes os menores de 18 anos;
- c) são relativamente incapazes os pródigos;
- d) são relativamente incapazes os maiores de 16 anos e os menores de 18 anos.

26. No que diz respeito ao direito de personalidade, é correto afirmar:

- a) o nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações que a exponham ao desprezo público, desde que não haja intenção difamatória;
- b) a utilização sem autorização de nome alheio em propaganda comercial não é vedada;
- c) a utilização da imagem de uma pessoa pode ser proibida, a seu requerimento, se lhe atingir a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, salvo se necessária à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública;
- d) o pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.

27. Art. 70 do Código Civil: " O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo".

Com base neste dispositivo pode-se dizer:

- a) não é admitida a pluralidade de domicílios;
- b) não será admitido como domicílio a pluralidade de locais onde é exercida a atividade profissional da pessoa natural;
- c) será admitido como domicílio o local onde a pessoa natural for encontrada quando não tenha residência habitual;
- d) se a pessoa natural tem diversas residências onde alternadamente viva, será admitido como domicílio a que primeiro habitou.

28. As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias. Assim, é incorreto dizer:

- a) as voluptuárias são de mero deleite ou recreio, mas podem aumentar o uso habitual do bem;
- b) as úteis aumentam ou facilitam o uso do bem;
- c) as necessárias têm por finalidade conservar o bem ou evitar que se deteriore;
- d) não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

29. Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos Bens Públicos:

- a) os de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, já os dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei;
- b) são de uso comum do povo os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive de suas autarquias;
- c) são de uso especial os rios, mares, estradas, ruas e praças;
- d) estão sujeitos a usucapião.

30. Art.138 Código Civil - "São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio".

O erro é substancial, exceto quando:

- a) interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais;
- b) sendo de fato, for o motivo único ou principal do negócio jurídico;
- c) sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico;
- d) concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante.

31. Assinale a alternativa incorreta. Uma fundação poderá constituir-se, dentre outros, para fins de:

- a) assistência social, educação e saúde;
- b) lazer, esportes e turismo;
- c) atividades religiosas;
- d) defesa, preservação e conservação do meio ambiente.

32. A respeito da prescrição é correto afirmar:

- a) somente pode ser alegada em primeira instância;
- b) seus prazos podem ser alterados por acordo entre as partes;
- c) iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor;
- d) não corre entre cônjuges na constância da sociedade conjugal; entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

33. O princípio do "in dubio pro reo" significa que:

- a) na dúvida a interpretação da lei deve ser favorável ao réu;
- b) a analogia não pode ser aplicada senão quando em favor do réu;
- c) no confronto de provas, havendo dúvida, resolve-se em favor do réu;
- d) o Tribunal não pode agravar a pena aplicada pelo Juiz de primeira instância em nenhuma hipótese.

34. Sendo o réu condenado em definitivo por pena privativa de liberdade de longa duração e vindo a falecer, podemos afirmar que:

- a) a pena será comutada;
- b) a pena será dada como cumprida;
- c) a pena será desconsiderada;
- d) a punibilidade será extinta.

35. Sendo reconhecida a legítima defesa em caso de homicídio triplamente qualificado consumado podemos afirmar que:

- a) não houve crime;
- b) houve crime, mas não será aplicada a pena;
- c) houve crime, não será aplicada a pena, mas poderá ser fixada medida de segurança;
- d) houve crime, mas este pode ser desclassificado e outra pena poderá ser aplicada.

36. Sobre a ação penal pública incondicionada:

- a) admite a proposição da ação penal privada subsidiária pela vítima em concomitância;
- b) admite a proposição da ação penal subsidiária com pedido contraposto ao Ministério Público;
- c) não admite a proposição da ação penal subsidiária, exceto na inércia do Ministério Público;
- d) a proposição da ação penal privada subsidiária depende da rejeição da denúncia oferecida pelo Ministério Público;

37. Assinale a alternativa correta sobre os pressupostos de existência e de validade do processo:

- a) a petição inicial inepta é pressuposto de existência do processo;
- b) a capacidade de estar em juízo é pressuposto de existência do processo;
- c) a capacidade postulatória é pressuposto de validade do processo;
- d) nenhuma das afirmações anteriores está correta.

38. Sobre as fontes do Direito Processual Civil é incorreto afirmar que:

- a) a lei é fonte imediata;
- b) a súmula vinculante é fonte imediata;
- c) a doutrina é fonte imediata;
- d) o costume é fonte do direito.

39. No tocante à jurisdição, é correto afirmar que:

- a) na jurisdição voluntária há lide e partes e, portanto, conflito de interesses;
- b) a jurisdição não é una, porque subdividida entre criminal, civil, trabalhista;
- c) na jurisdição voluntária há um negócio jurídico-processual envolvendo os juízes e interessados;
- d) nenhuma das respostas anteriores é correta.

40. Com relação ao processo, assinale a alternativa correta:

- a) o processo é inequivocamente ligado ao direito material deduzido pela parte;
- b) o processo é independente do direito substancial da parte que o invoca;
- c) toda sentença judicial produz efeito "erga omnes";
- d) todas as alternativas estão corretas.

GABARITO PROVA "D"

1	B
2	C
3	A
4	A
5	A
6	D
7	C
8	A
9	B
10	B
11	C
12	C
13	D
14	C
15	C
16	B
17	B
18	A

19	B
20	C
21	A
22	B
23	A
24	C
25	B
26	C
27	C
28	A
29	A
30	B
31	B
32	D
33	C
34	D
35	A
36	C
37	C
38	C
39	C
40	B